

MEMÓRIA DA 1ª PLENÁRIA DOS SERVIDORES DO DNPM EM 2011

Brasília, DF - 01 de fevereiro de 2011 – Auditório do DNPM – Sede.

ABERTURA

O objetivo da reunião foi discutir e elaborar uma pauta a ser acordada entre todos os servidores do DNPM e, em seguida, constituir um retrato da atual situação da Autarquia para ser apresentado ao governo. A Plenária foi coordenada pelo Márcio Rezende. Pronunciaram-se na abertura da Plenária: Osvaldo Barbosa, representando o Sinagencias, Eleutério e Maria de Fátima representando a ANSDNPM e José Maria, representando o Sindsep - DF. A reunião teve a participação de dois representantes do Escritório Wagner Advogados Associados – Drs. Valmir de Andrade e Bruno, que apesar de não estarem mais a serviço do Sinagencias ainda cuidam de processos anteriores à rescisão do contrato, e estão à disposição para esclarecer dúvidas sobre esses processos. O evento foi coberto pela assessoria de imprensa do Sinagencias.

Histórico de luta

Osvaldo Barbosa, representante do Sinagencias fez um apanhado geral do histórico de lutas dos servidores do DNPM. Lembrou que na década de 60 os trabalhadores do órgão trabalhavam mediante recibo. Em 1974/5 a primeira turma foi contratada pela CPRM, no regime celetista. Em 1994, os 12 distritos existentes comandaram um movimento que transformou o DNPM em autarquia e reviu itens do Código de Mineração, incluindo o artigo 13, que previa a criação da carreira. 10 anos depois, em 2004, servidores de todo o DNPM fizeram uma greve com 42 dias de duração para instituir a carreira, que se deu pela edição da Lei 11046/2004. Durante a negociação salarial ocorrida em 2008, novamente os servidores da autarquia se organizaram e tiveram parte de seus pleitos atendidos, mesmo com as diferenças de reajuste entre as diversas carreiras. Na atualidade, os servidores tem se mobilizado com vistas à transformação do DNPM em Agência Reguladora, tendo em vista a Constituição Federal de 1988, artigo 176, que inclui a mineração entre as atividades econômicas a serem reguladas pelo Estado. O DNPM será a 11ª Agência Reguladora do Brasil e cabe a nós acompanhar este processo e buscar uma forma dos servidores enquadrarem-se nessa Agência da melhor forma possível.

Papel da Associação dos Servidores

De acordo com o Presidente da Associação, Antonio Eleuterio de Souza, a pauta da Plenária estava totalmente inserida na pauta da última reunião, que ocorreu no DNPM em 30 de novembro de 2010, com exceção do assunto “Regimento

Interno". Eleutério apresentou os itens de pauta dessa reunião promovida pela associação em 30 de novembro na Sede, os quais incluíram: condições físicas dos prédios, aumento do vencimento básico em relação à gratificação, acompanhamento do processo de remoção interna, acompanhamento no Congresso Nacional do PL 549/2009, que impede reajuste na remuneração dos servidores, situação da Gratificação de Qualificação, aumento de gratificação para os servidores do nível auxiliar, instituição de manuais de normas e rotinas para orientar as atividades do órgão, redução das alíquotas sindicais para servidores aposentados, implantação de bicicletário no DNPM. De acordo com Eleutério, a Associação tem interesse em atender a todos os servidores da Autarquia, associados ou não, tanto nos assuntos internos ao DNPM como os aqueles que estiverem no âmbito dos sindicatos de trabalhadores.

José Maria, Delegado do Sindsep-DF, informou que o Secretário Geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves não pôde estar presente devido a outros compromissos. Comentou, ainda, que no mês passado houve uma plenária nacional para eleição da diretoria da Condsef. A chapa apoiada pelo delegado sindical do DNPM não foi eleita, mas obteve 700 votos.

INFORMES GERAIS E DISCUSSÃO

Condições de trabalho na Superintendência de São Paulo

A Associação dos Servidores procedeu à leitura de carta encaminhada pelos servidores da Superintendência de São Paulo, sobre as práticas adotadas pela administração e as condições de trabalho determinadas pelo Superintendente Enzo Nico Júnior, abordando principalmente: horário de funcionamento diferenciado do restante do Brasil; trabalho em desacordo com leis, decretos, portarias e instruções normativas; impedimento aos servidores de se comunicarem com o público usuário e de receberem telefonemas e correspondências; centralização dos trabalhos no superintendente; maus tratos a servidores e terceirizados; imposição de cargos a servidores e destituições imotivadas; manutenção dos servidores sob constante vigilância, entre outros. A carta aborda, ainda, a queda de produtividade da Superintendência em 2010 e os possíveis efeitos sobre as metas de desempenho institucionais. Veja íntegra anexa.

Após a leitura da carta, os servidores presentes na Plenária reagiram de forma indignada. Houve sugestões de encaminhamento do problema, que incluíram:

- Estudar o assunto junto ao Sinagencias, inclusive com assessoramento jurídico, para encaminhar o problema aos órgãos competentes, tais como Comissão de Ética e o Ministério Público para apuração integral dos

fatos. O Sinagencias já dispõe de documentação, que está sendo encaminhada judicialmente;

- Acompanhamento deste problema pela ANSDNPM, prestando todo o apoio necessário aos servidores, com vistas a garantir que os servidores possam cumprir suas atribuições dentro da normalidade e que sejam restabelecidos o respeito e a urbanidade no ambiente de trabalho;
- José Maria, delegado do Sindsep-DF, sugeriu publicação da carta na íntegra no “Esplanada Geral”, informativo do Sindicato, que possui circulação física e eletrônica. Sugeriu-se também a publicação da carta pelo Sinagencias, nos seus boletins informativos com distribuição eletrônica;
- A ANSDNPM e os dois sindicatos presentes se comprometeram a trabalhar de forma organizada para melhor encaminhamento das ações.

Eleições diretas e indicação sindical para preenchimento do cargo de superintendente

De acordo com Osvaldo Barbosa, o Sinagencias entende que se deputados fazem indicação política de superintendentes para o DNPM, o sindicato também pode indicar nomes para ocupar esses cargos. O Sinagencias propõe que haja eleições em cada superintendência. As candidaturas devem ser acompanhadas do currículo (experiência profissional e formação acadêmica) e plano de trabalho para quatro anos para aqueles servidores que desejarem concorrer ao cargo. A proposta foi aplaudida pelos presentes.

Gratificações Individuais

Ana Miriam, servidora que trabalha no RH com a folha de pagamento, informou que o primeiro ciclo de avaliação termina em 30 de abril de 2011, e que em maio começarão as avaliações. A gratificação será paga retroativa a todos os servidores, inclusive os admitidos no último concurso, que tenham trabalhado pelo menos 2/3 do período avaliativo. A gratificação retroativa dos meses de 2010 (novembro e dezembro) terá que ser liberada pelo MPOG, via processo administrativo.

Progressão e promoção

Até agora não há portaria para progressão e promoção. De acordo com o Osvaldo Barbosa, a progressão/promoção do DNPM está sendo discutida junto com a das Agências no MPOG.

Paralelamente, o processo nº 27034-18.2010.4.01.3400 aos cuidados da Wagner Advogados, tramita na 8ª Vara Federal. Trata-se de pedido de antecipação de tutela para manutenção de progressões concedidas a servidores

públicos. Antes de conceder a Antecipação, o juiz resolveu ouvir o DNPM e a audiência já foi marcada. O pedido deve ser apreciado pelo juiz até meados de fevereiro. A ação pede manutenção do direito adquirido de progressão e o pagamento dos retroativos, a partir da data de “regressão” dos servidores. Será necessária a individualização do caso dos servidores que nunca progrediram. Processo de igual teor será protocolizado na justiça Federal até meados de 2011 pela assessoria jurídica da ANSDNPM.

Insalubridade/periculosidade

De acordo com a Wagner Advogados, o processo nº 24980-79.2010.4.01.3400, sobre os adicionais de insalubridade, periculosidade, e declaração de ilegalidade da ON nº2/2010/SRH/MPOG está tramitando na 17ª Vara Federal. A antecipação de tutela, que foi deferida em meados de setembro, determinou a continuidade do pagamento do adicional e, atualmente aguarda juntada de réplica.

A Wagner Advogados trabalha ainda com um pedido de nulidade da Portaria nº 343, de 14 de setembro de 2009, que foi posteriormente revogada pela ON Nº2: processo 3834-79.2010.4.01.3400 tramitando na mesma Vara. Durante o período que a Portaria ficou em vigor, alguns servidores foram prejudicados. Essa ação está concluída para a sentença. O juiz deverá se manifestar ao longo deste ano.

Equiparação de vencimentos entre PEC e Carreira

A sentença do processo 2008.34.00.036370-4, em trâmite na 21ª Vara Federal, cuja ação declara o direito dos substituídos (servidores), integrantes do PEC do DNPM, à percepção das diferenças remuneratórias existentes entre PEC e Carreira, foi desfavorável. A Wagner Advogados apelou e agora o processo será remetido para tribunal para novo julgamento. Não existe prazo para julgamento, depende do juiz. Em menos de um ano, é difícil ter uma nova decisão. Existe expectativa quanto ao deferimento do recurso para reverter a decisão.

Restituições de valores recebidos a mais pelos servidores pela aplicação da MP 441/2008 e restituição dos valores descontados.

Processo nº 21573-65.2010.4.01.3400, aos cuidados da Wagner, em tramitação na 9ª Vara Federal. Com a MP 441, o DNPM pagou a mais uma gratificação, que depois foi descontada. Na época o efeito foi suspenso e o DNPM devolveu valores mediante folha suplementar. Alguns servidores não foram abarcados pela ação por não serem sindicalizados. O DNPM só restituiu aqueles que recolham

contribuição sindical para o Sinagencias. Os que não eram sindicalizados serão agora incluídos.

Incorporação da Gratificação de Desempenho à aposentadoria

Processo nº 2009.34.00.026354-8, aos cuidados da Wagner, em trâmite na 22ª Vara federal. Aguardando apreciação de mérito.

Conversão e averbação do tempo de serviço prestado em condições especiais

Processo nº 9543-95.2010.401.3400, aos cuidados da Wagner, em trâmite na 17ª Vara Federal. Trata do tempo de serviço em regime celetista. No final do ano passado houve decisão judicial determinando que o DNPM formasse uma comissão especial, paritária entre DNPM e sindicato, com objetivo de apurar o tempo de serviço dos servidores que exerceram atividades em condições insalubres ou perigosas durante o período celetista. Os advogados pediram suspensão do processo até que os trabalhos dessa comissão, que já foi formada, fossem concluídos. O problema principal do DNPM é a indisponibilidade de documentos para comprovação do tempo de serviço celetista. Entretanto, mesmo que não haja documentos, a legislação prevê, até 1995, a presunção para quem trabalhou em regime especial. Se esta comissão conseguir apurar o tempo, haverá boa perspectiva de redução de tempo de trabalho de servidores. Haverá ressarcimento do tempo especial trabalhado (40% para o homem e 20% para a mulher). A aposentadoria para quem completou os requisitos irá retroagir, gerando uma série de benefícios para os servidores, como o abono permanência até a aposentadoria compulsória. Dr. Valmir, Advogado do Sinagencias, recomenda que todo servidor consulte um advogado antes de requerer aposentadoria.

Manifestação de solidariedade da Superintendência de Goiás

O servidor Fernando Rosa da Superintendência de Goiás, prestou, em nome de todos os servidores do Estado, solidariedade a todos os pontos de pauta da reunião. Cobrou também o compromisso das instituições de dar acesso aos servidores do DNPM ao projeto da Agência Nacional de Mineração, além da divulgação pela organização da plenária de todas as informações necessárias para engajamento das superintendências de todo o Brasil.

Regimento interno

De acordo com o Presidente da ANSDNPM, Eleutério, o Chefe de Gabinete da SGM/MME informou à Associação que o regimento interno do DNPM estava até 15 de dezembro de 2010 na SGM. Em 15 de dezembro houve uma reunião e o regimento foi encaminhado para a consultoria jurídica do

MME, que o devolveu à SGM na semana passada pedindo esclarecimentos. Segunda feira passada a SGM prestou os devidos esclarecimentos e o documento retornou à jurídica, que fará sua aprovação final. O próximo passo é o encaminhamento à Secretaria Executiva e Assinatura pelo Ministro. Osvaldo Barbosa, Diretor do Sinagencias, advertiu que a discussão do regimento interno vem se estendendo há vários anos.

Condições de trabalho e lembranças do colega Dário Moraes de Almeida

Zé Maria, delegado do Sindsep - DF, falou das condições de trabalho no DNPM, da necessidade de capacitação, do apoio institucional para que os servidores exerçam suas atividades, inclusive relativamente a equipamentos necessários para atividades de campo. Eleutério lembrou o colega Dario Moraes de Almeida e informou que na época da fatalidade a Associação fez um ofício ao Diretor Geral solicitando que fossem instituídos manuais de procedimentos para atuação dos servidores da Autarquia

Plano de Saúde

As entidades representativas dos servidores solicitarão ao Diretor Geral que dê prioridade à contratação dos novos planos de saúde sugeridos pela comissão criada para estudar essa questão. Os documentos estão na área de contratos aguardando prioridade e, nesse caso, a prioridade é a saúde do servidor.

Flexibilização da jornada de trabalho na autarquia

A flexibilização da jornada de trabalho na ANATEL, de acordo com a análise técnica realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a adoção de horários corridos e a criação do regime de sobreaviso não só são legais, como se alinham ao conceito de gestão pública moderna voltada para resultados e melhoria da eficiência.

O servidor que opta por cumprir a jornada não convencional tem expediente de sete horas corridas por dia, sem direito a intervalo de almoço, com cinco horas de sobreaviso — sistema no qual todos ficam à disposição da chefia. Esse padrão de 35 horas semanais mais cinco foi inaugurado em julho de 2009 e está ativo atualmente. Para o TCU, o modelo não reduz a jornada. “A Anatel, pela natureza de suas atividades no exercício da regulação e da fiscalização do setor de telecomunicações, tem servidores demandados em diferentes horários, tornando necessário aproximar o foco do controle aos resultados alcançados, em detrimento de um rígido controle de procedimentos”, reforçou a nota do TCU.

PAUTA APROVADA

- Regimento interno do DNPM;
- Progressão e promoção dos servidores da Carreira;
- Gratificação de qualificação;
- GDARM, GDADNPM, GDAPM e GDAPDNPM – acompanhamento do processo avaliativo e do pagamento dos retroativos da parcela de 20% aos servidores que ainda não a recebem;
- Isonomia entre PEC e Carreira;
- Curso de formação para servidores recém contratados e para efeitos e promoção e progressão;
- Extinção do DNPM e criação da Agência Nacional de Mineração – a questão do futuro dos Servidores do DNPM.
- Ciclo de palestras sobre regulação em mineração e o projeto de Agência que tramita no MPOG – discussão do enquadramento dos servidores do DNPM na agência;
- Isonomia entre analistas e especialistas e técnicos de nível médio
- Insalubridade/periculosidade conforme regulamentação;
- Equipamentos para trabalho em campo e logística adequada para fiscalização;
- Novos Planos de saúde CAPSAÚDE E ASSEFAZ;
- Eleição de superintendentes;
- 7 horas de trabalho sem redução salarial conforme situação da ANATEL;
- Remuneração por meio de Subsídio;
- Moção de apoio aos Servidores da Superintendência de São Paulo.

ENCAMINHAMENTOS

1. Conhecimento e divulgação da memória da reunião de 01/02 e da pauta aprovada nesta reunião em todas as Superintendência e Sede para Análise da pauta, inclusão ou supressão de itens;
2. Reuniões deliberativas para aprovação da pauta e envio dos resultados à ANSDNPM e Coordenação Nacional (sede);
3. Consolidação dos resultados enviados pelas Superintendências na sede (ANSDNPM e Coordenação Nacional)
4. Encaminhamento da pauta aprovada por toda autarquia para as entidades sindicais: Sinagencias, Sindsep - DF;

5. Elaboração de moção de apoio aos servidores da Superintendência de São Paulo. Divulgação e adesão nacional (ANSDNPM, Sindsep-DF e Sinagencias);
6. Organização do ciclo de debates sobre regulação do setor mineral e o futuro dos servidores do DNPM (Coordenação Nacional).